

CONTRATO DE COMUNICAÇÃO “COLABORATIVA” NA INTERNET: UM ESTUDO DE CASO SOBRE A WIKIPÉDIA LUSÓFONA

Telma Sueli Pinto Johnson*

RESUMO

Este trabalho resultou da aplicação da teoria semiolinguística do discurso de Patrick Charadeau no contexto da comunicação colaborativa na internet. O principal objetivo foi descrever/traduzir para o domínio particular de interações “linguageiras” os postulados em torno da natureza simbólica da vida social.

Palavras-chave: contrato de comunicação; colaboração on-line; metodologia.

ABSTRACT

This work resulted from the application of the semio-linguistic theory of the discourse of Patrick Charadeau in the context of collaborative communication on the internet. The principal objective was to describe/translate the principles surrounding the symbolic nature of social life for the private domain of “linguageira” (language) interactions.

Key-words: communication contract; online collaboration; methodology.

* Doutoranda em Comunicação Social pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), mestra em Ciências da Comunicação pela Southern Illinois University (EUA), pesquisadora do Grupo de Pesquisa Imagem e Sociabilidade (GRIS)/UFMG e bolsista da CAPES. E-mail: tjohnson@globo.com.

INTRODUÇÃO

Este trabalho resultou da aplicação da teoria semiolinguística do discurso de Patrick Charaudeau no contexto da comunicação colaborativa na internet. A noção de “contrato de comunicação” foi testada em estudo de caso sobre a *Wikipédia Lusófona* para compreender como os cidadãos falantes de língua portuguesa estão construindo a enciclopédia on-line livre e gratuita, onde qualquer membro pode escrever, adicionar, editar e deletar informações.

O principal objetivo com este trabalho consistiu em descrever/ traduzir para o domínio particular de interações “linguageiras” os postulados em torno da natureza simbólica da vida social. Partiu-se da abordagem da natureza simbólica da vida social, desenvolvida por George Mead e seu discípulo Herbert Blumer, passando pelo conceito de conflito como fator inerente à natureza da sociabilidade proposto por Georg Simmel, para se chegar, então, a uma análise sobre o tipo de contrato de comunicação que opera nesse ambiente virtual.

As redes telemáticas, vistas sob a perspectiva do paradigma relacional, se apresentam como um caminho promissor para um entendimento dos processos comunicativos e práticas sociais dos sujeitos em ação.

França (2004, p. 25) observou:

A riqueza da comunicação, do viés comunicativo ou abordagem comunicacional, é que ela constitui exatamente esse lugar de observação do mundo em movimento; dos quadros de sentido; do universo das imagens em suas junções e disjunções, consonâncias e dissonâncias estabelecidas pelos sujeitos ativos e atuantes que, em conjunto, e no atrito de suas afinidades e diferenças, constroem o mundo partilhado.

Em termos empíricos, recorreu-se às políticas de “edição” e de “trabalho em equipe” da *Wikipédia Lusófona*, construídas pelos próprios participantes da enciclopédia on-line, bem como foram mapeadas as discussões e votações realizadas para a definição da “conduta face a páginas de vaidade”. As políticas de edição e de trabalho em equipe foram consideradas, para o propósito deste estudo, como o contrato de comunicação colaborativa. Num segundo momento, acompanhou-se e analisou-se uma discussão específica sobre a proposta de eliminação de determinada página, que supostamente agredia as condições do contrato, em busca de revelar como os sujeitos comunicantes se envolveram no processo de negociação para decidir o futuro da página.

OS ESTUDOS DAS INTERAÇÕES SOCIAIS

A Escola de Chicago deixou como um dos principais legados o pensamento do psicólogo social George Mead, a partir de sua abordagem sobre a natureza simbólica da vida social. Mead construiu, nas duas primeiras décadas do século XX, premissas que marcaram a centralidade do conceito de interação social e que tiveram como ponto de partida a oposição às perspectivas sociológicas, dominantes à época, que distinguiam os conceitos de indivíduo e sociedade.

A psicologia social de Mead, fundamentada no pragmatismo e no que ele chamou de “behaviorismo social”, tinha como principal proposta lidar com os processos da experiência social do ponto de vista da experiência individual. Os sujeitos em permanente interação social, construindo e sendo construídos pela sociedade, constituem um dos pontos-chave do pensamento de Mead. A teoria da socialidade de Mead parte da linguagem porque, segundo ele, o ato social só pode ser entendido como ato de linguagem, dada sua capacidade de organizar o conteúdo em experiência.

A construção teórica de Mead começa da interação mediada por gestos e controlada por instintos para chegar ao estágio da interação mediada simbolicamente. O que Mead procura desvendar é quando o gesto se torna um símbolo significante que pode ser entendido por outro homem. Nesse contexto, Mead avança para afirmar que a origem das mentes e da interação entre mentes só ocorre no processo social da experiência, no terreno da comunicação de gestos significantes.

Dessa perspectiva, a linguagem não simboliza uma situação preestabelecida e os indivíduos não a utilizam para um completo entendimento mútuo. A conversação de gestos não carrega consigo, portanto, um símbolo com significância universal para todos os diferentes indivíduos. “Um discurso universal não é essencial para a conversação de gestos numa conduta cooperativa” (MEAD, 1934, p. 55). Os significados são construídos numa circularidade que envolve gesto, resposta de ajuste e é resultado do ato social iniciado pelo gesto, relação que é permitida pelo controle da linguagem.

Mead está particularmente preocupada, em sua teoria, com a inteligência no nível humano, com a capacidade de ajuste dos homens no processo social. Esse ajuste ocorre por meio da comunicação de símbolos significantes, que vão muito além de meros estímulos. O fator central desse ajustamento, para ele, reside no significado. O significado, nesse sentido, não é uma adição física ao ato social e nem uma

“idéia” como tradicionalmente concebida. O significado é construído no próprio ato social. Segundo Mead (1934, p. 78),

A simbolização constitui objetos que não estavam constituídos antes, objetos que não existiriam fora do contexto das relações sociais onde a simbolização ocorre. A linguagem não simboliza simplesmente uma situação ou objeto que já existe; ela torna possível a existência ou aparência daquela situação ou objeto, porque é uma parte do mecanismo onde aquela situação ou objeto é criado. O processo social relaciona as respostas de um indivíduo aos gestos de um outro, com os significados desse último, e é por isso responsável pelo surgimento e existência de novos objetos na situação social, objetos que dependem ou são constituídos desses significados.

O modelo de Mead oferece uma grande contribuição para a quebra do paradigma informacional que por muitos anos dominou os estudos no campo da Comunicação Social. Uma das principais contribuições de Mead, além de quebrar a tradicional dicotomia entre indivíduo e sociedade, é enfatizar a presença dos homens no mundo como atores sociais, interagentes, que influenciam e são influenciados na construção do social. Outra contribuição é que Mead dá um lugar ao homem no mundo como um ser que, pela sua capacidade da reflexão e racionalização, entra em processo de cooperação por meio da linguagem fazendo dos processos e práticas sociais uma realidade em constante devir, em vez de algo que é dado como existência pré-objetiva e mecânica.

O legado de Mead foi resgatado principalmente pelo seu discípulo Herbert Blumer, que se dedicou à sistematização do paradigma do “Interacionismo Simbólico” (neologismo que ele criou em 1937). As três premissas básicas de Blumer (1980) são: 1) os seres humanos agem em relação às coisas com base nas significações que elas têm para eles; 2) a significação dessas coisas deriva ou surge da interação social de um indivíduo com os outros; e 3) essas significações são utilizadas em – e modificadas por meio de – um processo de interpretação realizado pelo indivíduo em relação às coisas que ele encontra.

A teoria de Blumer (1980) tem como princípio fundamental que a sociedade humana é constituída de pessoas empenhadas em agir e que o significado é produzido a partir do processo de interação humana. Blumer, ao explicar a natureza do interacionismo simbólico, criticou correntes de estudos que consideram residir o significado na estrutura objetiva do elemento que o contém ou aquelas que afirmam ser o significado uma expressão pura dos elementos psicológicos.

Ao considerar a produção de significado como um processo resultante da comunicação e da interação dos indivíduos com os objetos do mundo exterior, com outros indivíduos e consigo mesmo, Blumer (1980, p. 122) lançou novas luzes sobre a problemática das relações plurais dos seres humanos enquanto seres individuais e sociais. Para ele, o processo de interpretação humana possui duas fases distintas:

Na primeira, o agente determina a si mesmo os elementos com os quais se relaciona; necessita especificar para si próprio os elementos possuidores de significado. A execução de tais designações constitui um processo social interiorizado, no qual o agente interage consigo mesmo. Essa operação equivale a algo bem diferente de uma combinação de fatores psicológicos; trata-se de uma situação em que o indivíduo empenha-se em um processo comunicativo consigo próprio. Na segunda, em virtude desse processo de autocomunicação, interpretar torna-se uma questão de manobra de significados. O agente seleciona, modera, susta, reagrupa e transforma os significados sob o ponto de vista da situação em que se encontra e da direção dos seus atos. Por conseguinte, a interpretação não deveria ser considerada como uma mera aplicação automática de significados existentes, mas sim como um processo formativo em que os significados são utilizados e trabalhados para orientar e formar as ações. Deve-se sempre levar em consideração que os significados desempenham seu papel na ação por intermédio de um processo de auto-interação.

Simmel, ao tratar das formas de interação social no início do século XX, levantou a pertinente questão de que se toda interação entre homens é uma forma de sociabilidade (ou sociação, como ele costumava dizer), o conflito deve ser entendido como uma das interações mais vívidas existentes. Em seu artigo “Conflict”, de 1908, Simmel observou que o conflito é inerente a todo processo de socialização e, embora visto como negativo, na verdade ele contém elementos positivos porque funciona como força de integração de um grupo ou comunidade. Para ele, os aspectos positivos e negativos do conflito são integrados. Eles podem ser separados conceitualmente, mas não empiricamente.

Nesse sentido, Simmel (1971, p. 71) criticou a má compreensão do conceito de “unidade” adotado, até então, pela sociologia. Segundo ele, nem mesmo o indivíduo consegue a unidade de sua personalidade pela harmonização exclusiva – de acordo com normas éticas, religiosas, objetivas, lógicas – dos conteúdos de sua

personalidade. A contradição e o conflito não somente precedem a unidade, mas são operativas em todo o momento de sua existência. Para ele, um grupo absolutamente harmonioso e centrípeto, uma “unificação” pura (*Vereinigung*), é irreal empiricamente. (SIMMEL, 1971, p. 72)

A CO-INTENCIONALIDADE DO ATO COMUNICATIVO

Um estudo integrado, tanto do dispositivo tecnológico da rede como das possibilidades de análise do discurso dos sujeitos em interação nas comunidades virtuais, encontra suporte na teoria semiolinguística de Patrick Charaudeau. Parte-se, aqui, do pressuposto admitido por Charaudeau (2003) de que todo ato de comunicação se realiza num determinado ambiente físico que, por sua vez, tende a condicionar sua realização. O dispositivo, portanto, é uma maneira de pensar a articulação entre os elementos que formam um conjunto estruturado em virtude da solidariedade que os vincula.

Esses elementos são de ordem material, porém estão situados, dispostos ou distribuídos numa rede conceitual mais ou menos complexa. Trata-se, sem dúvida, do que constitui o ambiente, o marco, o suporte físico da mensagem, porém esse conjunto não desempenha o papel de um simples vetor indiferente ao que transmite, nem pode transportar qualquer mensagem sem que esta se veja afetada pelas características do suporte. Todo dispositivo ‘in-forma’ a mensagem e, ao fazê-lo, contribui para dar-lhe um sentido. Segundo um velho preconceito, o conteúdo poderia construir-se independentemente da forma e a mensagem seria o que é, independentemente do seu suporte. No entanto, como está bem estabelecido pela lingüística, e como sabem e o que têm dito os poetas, não há forma sem conteúdo, não há significante sem significado, nem mensagem sem suporte. (CHARAUDEAU, 2003, p. 135)

A situação comunicativa, como define Charaudeau (2003, p. 77), é um “cenário teatral”, com suas limitações de espaço, tempo, de relações, de palavras, na qual se interpreta a obra dos intercâmbios sociais e se outorga o seu valor simbólico. Os condicionamentos que permitem a realização dessas trocas, para ele, são construídos por meio de convenções e normas de condutas lingüísticas sem as quais não poderia haver comunicação humana. O ato comunicativo concreto ocorre

numa ambiência de co-intencionalidade, na qual os interlocutores se submetem às exigências da situação de comunicação.

Essa co-intencionalidade é definida por Charaudeau como um “contrato de comunicação” e, nessa situação-contrato, há fatores externos e internos envolvidos. Os fatores externos não são os dados lingüísticos em si, mas os condicionamentos sociais dos interlocutores envolvidos no processo de comunicação. O autor agrupa em quatro categorias os fatores externos, cada uma das quais corresponde a um tipo de condição enunciativa:

1. Condição de finalidade – *aquela segundo a qual todo ato de comunicação deve estar organizado em função de uma meta, de um objetivo;*

2. Condição de identidade – *todo ato comunicativo depende dos sujeitos envolvidos e inclui, também, a natureza psicológica e social dos que realizam o intercâmbio;*

3. Condição temática – *todo ato de comunicação se constrói em torno de um âmbito do saber, um modo de dividir o mundo em ‘universos de discursos tematizados’, acerca dos quais se produz a troca;*

4. Condição do dispositivo – *o ato de comunicação se constrói de um modo particular de acordo com as circunstâncias físicas em que ele se desenvolve. (CHARAUDEAU, 2003, p. 79)*

Os fatores internos, nessa classificação, dizem respeito aos dados propriamente discursivos, os quais se distribuem, segundo Charaudeau (2003, p. 81), em três espaços de comportamentos: o espaço da locução, o espaço da relação e o espaço da tematização. No espaço da locução, o sujeito deve justificar porque toma a palavra, deve impor-se como sujeito falante e identificar ao mesmo tempo o interlocutor a quem se dirige. É o que Charaudeau chama de “conquistar o seu direito de comunicar”.

O espaço da relação é aquele em que o sujeito, ao construir a sua própria identidade como falante e a do seu interlocutor, estabelece relações de força ou de aliança, de exclusão ou de inclusão, de agressão ou de conveniência com ele. Já o espaço da tematização é aquele no qual são tratados e organizados os âmbitos do saber, os temas de intercâmbio, e que são predeterminados pelas instruções contidas nos requisitos situacionais ou introduzidas pelos participantes na troca.

A tese de Charaudeau (2003, p. 82) sobre o ato de comunicação é como se fosse um sistema aberto, com algumas sobredeterminações, mas nada está completamente determinado de antemão:

Embora seja certo que o sujeito falante sempre esteja sobredeterminado, em parte, pelo contrato de comunicação que caracteriza cada situação de intercâmbio (condição comunitária do ato de comunicação e construção de sentido), ele somente está determinado em parte e, ademais, dispõe de uma margem de manobra que lhe permite realizar o seu projeto de fala pessoal; dito de outro modo, de lograr um ato de individualismo através da prática discursiva para a qual pode eleger modos de expressão que correspondam ao seu projeto de fala. Portanto, contrato de comunicação e projeto de fala se completam: um aporta o marco das limitações situacionais e discursivas e, o outro, desenha a estratégia, o que leva a se pensar que todo ato de comunicação é um ato de liberdade, porém um ato de liberdade vigiada.

Essa dupla face do ato de comunicação implica que o discurso é inerentemente interativo, uma vez que envolve um processo de influências mútuas na troca comunicativa num lugar em que se exerce um jogo de ações e reações. Os discursos, dessa forma, ocorrem em situações de construções coletivas, e todos os seus componentes estão sujeitos à negociação de acordo com as condições externas (extralingüísticas) e internas (intringüísticas).

O campo contratual tem sido analisado por Charaudeau com o propósito de definir as condições específicas de troca nos discursos informativo, demonstrativo e didático. Um dos principais focos de seus estudos nos últimos anos, bem como dos seguidores do seu modelo, tem sido o contrato de comunicação comum ao formato dos meios de comunicação tradicionais (rádio, televisão e jornais impressos).

Dessa perspectiva, Charaudeau entende o contrato de comunicação mediática como um duplo processo de transformação e transação (negociação). O sujeito que informa constrói a informação com base no “mundo por descrever” – que Charaudeau chama de “acontecimento”. O processo de transformação do “acontecimento” consiste, na instância mediática, em fazer com que esse acontecimento passe do estado bruto ao estado do mundo mediático construído, ou seja, de notícia. Esse processo, no entanto, depende do processo de transação, que consiste em construir a notícia em função do modo como a instância mediática imagina a instância receptora, o sujeito que interpreta a notícia à sua maneira (JOHNSON; BRETAS, 2007).

Esse modelo de contrato de comunicação tem se mostrado eficaz quando toma como objetos de estudo situações comunicacionais nas quais a interatividade da instância receptora é diferida e difusa (BRA-

GA, 2006). Johnson e Bretas (2007 p. 14-15) sugeriram que para um estudo do modelo de contrato de comunicação em redes telemáticas, especialmente focado nos espaços sociais colaborativos na Internet, esse modelo precisaria, no entanto, sofrer adaptações a começar pela noção de circularidade do processo comunicativo:

O formato e funcionamento das comunidades virtuais experimentando o modelo colaborativo diferem, significativamente, daqueles dos meios de comunicação de massa tradicional. Parte-se do princípio que o contrato de comunicação em redes colaborativas online apaga as figuras do sujeito que informa e do sujeito que interpreta, em meio a um jogo de transformação e negociação, e coloca no palco sujeitos falantes envolvidos com ações que conformam ou transgridem o contrato de comunicação, no permanente processo de construção da rede social online cujo propósito ou produto final, qualquer que fosse ele, não seria a produção da notícia nos métodos tradicionais dos meios massivos.

UMA ANÁLISE DO CONTRATO DE COMUNICAÇÃO COLABORATIVA NA WIKIPÉDIA

A internet tornou possível que milhões de pessoas falassem e fossem ouvidas livremente, pela primeira vez na história da humanidade, sem restrições espaciais. Uma nova formação comunicativa e cultural vai se integrando às formas conhecidas anteriormente, abrindo infinitas possibilidades para a pesquisa no campo da Comunicação Social.

A natureza mutável das novas tecnologias da comunicação e a variedade de usos e apropriações pelas pessoas – muitas vezes de maneira completamente imprevisível das propostas originais dos seus criadores – coloca-se, à primeira vista, como uma dificuldade. Na verdade, é uma oportunidade de compreensão dos processos de produção e troca de sentidos em situações específicas. Os encontros e as trocas humanas, em comunidades virtuais, podem e devem ser estudados como produtos culturais.

O recorte desta pesquisa foi o site da enciclopédia *Wikipédia* em língua portuguesa, que funciona como um espaço de colaboração online entre cidadãos de países que, embora falem a mesma língua, vivem distantes geograficamente. A *Wikipédia Lusófona* recebe contribuições de Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Macau, Moçambique,

Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor Leste. O site entrou em operação em 2002, seguindo o modelo do projeto original *Wikipedia*, criado em língua inglesa, em 2001. Em 20 de junho de 2007, o site contava com 244.531 usuários registrados alimentando um banco de dados que totalizava 965.597 páginas, sendo que 266.575 dessas páginas correspondiam aos chamados artigos legítimos¹.

O site opera com a tecnologia *open source software* (programa de código aberto) *Wiki*, que permite a criação coletiva de conteúdo na internet. O aplicativo permite que qualquer pessoa possa livremente escrever, editar e apagar informações das páginas criadas. A tecnologia foi inventada em março de 1995 pelo norte-americano Ward Cunningham, um programador de computador, e em maio do mesmo ano foi clonada pela primeira vez.

Esse ambiente foi considerado propício para um exercício sobre a análise do discurso proposta pela teoria semiolinguística de Charaudeau, com as devidas adaptações. No caso da *Wikipédia Lusófona*, identificou-se que havia pelo menos duas possibilidades, não excluídas, susceptíveis a análise. A primeira seriam os processos comunicativos relacionais envolvendo a análise das interações, conflitos e táticas de auto-organização entre os sujeitos-produtores da construção da enciclopédia online. A segunda seria o produto informativo propriamente dito das interações, ou seja, a enciclopédia livre e gratuita e suas formas de consulta, uso e apropriação entre os sujeitos-receptores. Optou-se, neste estudo, focar no primeiro tipo de análise.

Partiu-se da formulação teórica de Charaudeau de que o postulado da intencionalidade é o que fundamenta o ato de linguagem. Nessa linha, identificou-se que os colaboradores registrados na *Wikipédia Lusófona* interagem e constroem, nesse espaço virtual, uma enciclopédia sob um contrato de comunicação colaborativa. Uma das condições mínimas para que exista tal contrato, de acordo com Charaudeau (1996, p. 23), é que os parceiros do intercâmbio se reconheçam uns nos outros em seus papéis de interlocutantes.

Na enciclopédia em língua portuguesa, percebem-se duas facetas desse contrato de comunicação, elaborado em conjunto pelos próprios membros da comunidade. É preciso dizer que esse contrato não é fixo, como será mostrado a seguir. As regras estão sempre em processo de discussão e sujeitas à reformulação, à medida que novas situações surgem na comunidade, especialmente aquelas envolvendo discordâncias e conflitos sobre os artigos publicados. Em 2005, por exemplo, 1.050 artigos foram considerados inválidos para publicação pela quebra do contrato de comunicação. No total, 285

¹ Os artigos legítimos são aqueles com caráter essencialmente enciclopédico, ou seja, não incluem metapáginas dos fóruns de discussão, páginas sobre a própria Wikipédia, rascunhos ou redirecionamentos para outras páginas.

foram considerados como “lixo”, 399 como “impróprios” e 366 como “violação do direito do autor”.

Há uma “política de edição de artigos” envolvendo normas técnicas para o material (textos, imagens, sons) colaborativo produzido para a enciclopédia, e há uma “política de trabalho em equipe” que recomenda formas gerais de conduta para garantir o bom relacionamento entre os membros da comunidade e o cumprimento do projeto colaborativo. Embora colocados separadamente, uma observação mais atenta permite perceber que as duas políticas estão inter-relacionadas e, por meio dos recursos de *hiperlinks*, as recomendações de cada um dos itens de cada política sempre remetem a todos os demais. Não há, dessa forma, um princípio nº 1 para garantir a continuidade do projeto, ou seja, todas as condições do contrato é que permitem a convivência são do espaço comunitário.

Quadro 1

Editando artigos	Trabalho em equipe
• Princípio da imparcialidade	• Assuma a boa-fé
• Liberdade e direitos autorais	• Normas de conduta
• Padrões de livro de estilo	• Não faça ataques pessoais
• O que a <i>Wikipédia</i> não é	• Como resolver disputas
• Versões da língua portuguesa	• Não morda os novatos

Fonte: Adaptado de <http://pt.wikipedia.org>

É claramente perceptível, nas recomendações, que há uma busca de “ajustamento consensual” diante do fenômeno do mal-entendido. Na política “Assumir a boa-fé”, no site observa-se que esse é um princípio fundamental em qualquer ambiente colaborativo:

*Assumir a boa fé é sobre **intenções**, não sobre acções. Pessoas bem intencionadas cometem erros, e devemos corrigi-las quando o fazem. O que não se deve fazer é agir como se o erro fosse deliberado. Corrija mas não castigue. Haverá pessoas na **Wikipédia** com as quais não [se] concorda. Mesmo que estas [sic] estejam erradas, isso não significa que elas estejam a tentar estragar o projecto. Haverá ainda pessoas com as quais achará que é difícil de trabalhar. Isso não significa que elas estão a tentar estragar o projecto também, significa apenas que elas o aborrecem. Nunca é necessário que atribuamos a um editor acções por má fé, mesmo que essa má fé seja óbvia. Todas as nossas contramedidas (por exemplo: reverter, bloquear) podem ser realizadas na base do comportamento e não das intenções.*

O postulado da intencionalidade, como enfatizou Charaudeau (1996, p. 24), envolve também os *clashes* e as tentativas de ajustamento consensual, e é preciso, para que o ato da linguagem ocorra, que se compreenda que a ameaça não reside no outro.

Dizemos que, tomando consciência do duplo fato que para comunicar há a necessidade do outro (EU só existe através do TU e vice-versa), e que ele não pode dominar esse outro totalmente, o sujeito falante considera que falar é arriscar-se: à incompreensão ou à negação. A ameaça é o próprio ato da comunicação.

O reconhecimento do risco de uma enciclopédia aberta, em que todos podem contribuir como voluntários, faz com que a *Wikipédia Lusófona* recomende uma série de normas de conduta para os participantes. A própria comunidade admite que a diversidade de temas dificulta a definição exata do que é adequado como publicação. E observa que é mais fácil saber o que contraria o projeto e o que a *Wikipédia* não deverá ser. De acordo com as informações do site, a *Wikipédia*:

- 1. Não é uma enciclopédia impressa.** Não há limite de tamanho, pode (e deve) incluir ligações entre os artigos e é atualizada continuamente;
- 2. Não é uma fonte primária de dados.** A informação é editada por wikipedistas que pesquisam assuntos em outras fontes e inserem seus artigos originais ou completam e corrigem e complementam verbetes já inseridos;
- 3. Não é um dicionário,** não é prontuário ortográfico, nem é um dicionário genealógico ou biográfico;
- 4. Não é fórum de discussões,** apesar de haver áreas para discussão em cada página, e mesmo páginas para trocas de idéias da comunidade;
- 5. Não é diretório de links.** Os verbetes devem ter apenas ligações externas relevantes e com conteúdo original e bem desenvolvido;
- 6. Não é repositório de currículo (CV);**
- 7. Não tem conteúdo reservado.** Os conteúdos inseridos devem ser de domínio público ou regidos por licenças de uso do tipo GNU/FDL (General Public License/Free Documentation License);
- 8. Não é manual de software ou jogos;**
- 9. Não é blog, flog ou similar.** Apesar de ter conteúdo livre e atualizado de acordo com os wikipedistas, a *Wikipédia* não é um espaço para veiculação de informações pessoais;

10. Não é repositório de textos prontos, tais como resenhas, monografias, teses, **papers**, ensaios ou qualquer outro texto pré-fabricado e elaborado para outros fins não enciclopédicos.

As condições de conformação ou não do contrato de comunicação na *Wikipédia Lusófona*, pelos sujeitos comunicantes, foram examinadas qualitativamente, neste trabalho, a partir da estruturação do ato de linguagem proposto por Charaudeau (1996, p. 34). O autor sugere que no jogo comunicativo há: 1) um espaço de limitações dos interlocutores, exigido pelo próprio contrato de comunicação para a validação do ato de linguagem, e 2) um espaço de estratégias, referentes a possíveis escolhas (pré-determinadas) que os sujeitos podem fazer na encenação do ato de linguagem. Nesse exame, foram selecionados dois *corpus* de textos produzidos nos espaços reservados às discussões e decisões da comunidade. Os textos analisados não constituíam um fim em si; na verdade tratou-se de um pretexto para a solução de problemas reais vistos pelos wikipedistas como ameaça ao projeto da enciclopédia colaborativa.

O primeiro *corpus* selecionado para análise se refere às discussões ocorridas sobre a alteração de conduta diante das páginas de vaidade, que resultaram em sua votação e aprovação (a favor, 14; contra, 5) entre os dias 24 de abril e 15 de maio de 2005. A categoria “vaidade”, considerada sem valor enciclopédico pela comunidade, infringe os termos do contrato mencionados acima nos itens 6 (não é repositório de CV) e 9 (não é *blog*, *flog* ou similar). No entanto, como forma de cativar anônimos a se registrar e a entrar “no espírito da coisa” foi oficializada uma proposta no dia 24 de abril, que recuperava uma anterior do dia 15 de abril e que estava perdendo projeção.

A idéia inicial da wikipedista Lucpilla foi lançada no dia 15 de abril de 2005, na página de votações:

A idéia é a seguinte: ao invés de trazermos logo ao lixo ou às páginas a eliminar os currícula e páginas pessoais, que criemos uma definição, a exemplo da mensagem que eu mandei para este usuário (ou parecida), dando um prazo para ele se registrar. Se ele se registra, vira página de usuário, se não, apagamos, sem necessidade de trazer à votação aqui. Que tal? Evitaríamos assim um monte de tempo despendido nestas votações que já têm uma enorme jurisprudência e, ao mesmo tempo, contentamos aqueles que – desconhecendo o que é a Wikipédia – pensam que é um espaço aberto a colocar um eventual pedido de emprego. No limite positivo, talvez conquistemos uns novos colaboradores.

O wikipedista Nuno Tavares recuperou a proposta de Lucpilla, em 24 de abril de 2005 e propôs a votação de uma nova idéia ampliada:

*Criei, a título de exemplo, a Predefinição: Vaidade, que será colocada como aviso na página criada pelo anônimo, e proponho o seguinte **modus operandi**: 1. O anônimo cria a página de vaidade; 2. O anônimo é avisado com a {{vaidade}} (consultem a pré-definição para entender); 3. A página é inscrita nas páginas para eliminar, como normalmente; 4. Findo o período em vigor para as votações das páginas para eliminação (actualmente 15 dias), se o utilizador não tiver dado sinais de que se registrou (na secção **Comentários**, por exemplo), a página será eliminada. Caso contrário, a página será movida para o seu nome de usuário, e a página do domínio principal removida (resto da moção).*

Os resultados da votação pelos usuários registrados, transcritos abaixo, demonstram que houve um esforço dos membros da comunidade para a construção e sustentação de um lugar comum, acessível a todos, desde que estejam investidos do “espírito da coisa”. Essa posição é manifestada nos comentários tanto dos que foram a favor de uma segunda chance para o usuário não registrado no site, após a colocação da *página da vaidade*, como da minoria contrária. O direito à fala, como postulado da intencionalidade na perspectiva de Charaudeau (1996, p. 25), para estar para os wikipedistas diretamente relacionado ao projeto de fala dos parceiros da comunicação:

A favor

1. Nuno Tavares 07:48, 24 abril 2005
2. Concordo com o anônimo! – Lucpilla 07:56, 24 abril 2005
3. Tiago Penedo 09:20, 24 abril 2005 (*parece-me muito bem, esta formulação, e tecnicamente viável!*).
4. Alexg 11:50, 24 abril 2005 – *Uma boa idéia.*
5. Manuel Anastácio 14:46, 24 abril 2005.
6. André 15:09, 24 abril 2005
7. Mschlindwein 15:20, 24 abril 2005. *Get it, os benefícios são maiores do que o prejuízo, no meu entender.*
8. Paulo Juntas 15:31, 24 abril 2005
9. Julio Oliveira 16:54, 24 abril 2005. *Desde que se a página seja movida assim que o anônimo der sinal de vida e a votação movida para as interrompidas.*
10. Anselmo Lacerda 02:02, 25 abril 2005

11. Loge 13:29, 25 abril 2005. *Apoiado. Sobre o problema de usuários utilizarem a **Wikipédia** para manter páginas pessoais.*
12. Malafaya 13:39, 25 abril 2005. *Concordo de uma maneira geral. Há realmente que efectuar supervisões ao **namespace** Usuário para evitar abusos.*
13. jic 20:02, 26 abril 2005. *Mas se a **página de vaidade** for uma homenagem, um currículo de outra pessoa (já vi serem feitas de professores, como se o aluno quisesse adular em troca de nota melhor...).*
14. Angeloleithold 22:16, 13 maio 2005.

Contra

1. Get It 15:15, 24 abril 2005. *Só que há um problema, isso vai apoiar o pessoal a se registrar e fazer da **Wikipédia** um alojamento para uma página pessoal/blog.*
2. Leslie 00:17, 25 abril 2005. *Concordo até certo ponto que tais páginas não fazem muito mal, desde que o usuário registrado também contribua em outras páginas, isto é, ajude a melhorar o padrão de qualidade da wiki, mesmo que raramente. Do contrário, considero essas páginas mal-intencionadas, com o usuário pensando na **Wikipédia** apenas como um alojamento fácil para uma página pessoal/blog.*
3. Muriel 11:20, 28 abril 2005. *Muito complicado. Move-se o texto para a página de usuário e pronto. Para quê complicar???*
4. E2m 22:58, 28 abril 2005. *Além dos argumentos anteriores, o estilo de uma página para o domínio pessoal é diferente do estilo de uma página de usuário.*
5. Henrique@ 19:24, 13 maio 2005. *Pelos motivos acima.*

Identifica-se, então, que o contrato de comunicação colaborativa da *Wikipédia Lusófona* propõe a atribuição de pelo menos três dos quatro papéis abordados por Charaudeau (1996, p. 29-30) ao tratar do projeto de fala (factitivo, informativo, persuasivo, sedutor). No caso tanto do espaço de limitações como do espaço de estratégias, percebe-se claramente que o projeto de fala informativo deve vir em primeiro lugar, no sentido de fazer saber. A conformação do sujeito às regras de colaboração para a construção de uma enciclopédia livre e gratuita envolve, dessa forma, o primado de que os interesses coletivos de geração de informação com valor enciclopédico devem se sobrepor a quaisquer interesses individuais ou de outra ordem.

Espera-se ainda, nesse contrato, que o sujeito comunicante seja persuasivo o suficiente no sentido de fazer crer que as suas informações são legítimas e reconhecidas como de relevância para a enciclopédia

em construção. É o que se constata no *corpus* de textos 2, que serão expostos logo abaixo. Desse extrato, percebe-se também que cabe ao sujeito comunicante o papel de sedutor no sentido de que ele deve ver com bons olhos as possíveis contestações sobre suas contribuições e, lançando mão de códigos de polidez, fazer prazer aos parceiros por meio de suas contra-argumentações.

É possível verificar como um sujeito comunicante da *Wikipédia Lusófona*, autor da página *G4mers*, lançou mão de mecanismos de persuasão e sedução para convencer os demais membros do grupo de seus propósitos legítimos. O *G4mers* se refere a uma página na internet de uma indústria de jogos de computador e videogames de Aveiro (Portugal). O autor, exercendo o seu direito de fala e defendendo o seu projeto de fala como informativo, conseguiu evitar que a página sobre o jogo fosse eliminada após votação. O caso em questão aconteceu entre 25 de junho e 3 de julho de 2006, quando a página foi levada a votação para a eliminação sob a acusação de ser um “spam bem formatado” e apresentar características claras de propaganda e publicidade – o que fere as normas do contrato de comunicação da enciclopédia.

Para dar uma idéia da página *G4mers*, reproduzido abaixo um pequeno fragmento da página²:

A G4mers foi criada em 2003, assumindo-se como a segunda revista online de videogames portuguesa, a seguir ao PTgamers (fundado em 1999). Durante vários meses esteve acoplada ao SAPO, sob o domínio G4mers.sapo.pt. Em dezembro de 2005 passou para o seu domínio actual, em G4mers.com.

O primeiro Director da G4mers foi Luis Burnay Andrade, cedendo o seu cargo a Bruno Dias, em novembro de 2005. A G4mers é propriedade da HTV Network, que também detém o portal de jogos War-Zone. Em conjunto, estes dois portais já arrecadaram dois galardões, um da Microsoft em 2003 e outro da prestigiada revista PC Guia, em 2005. G4mers apresenta notícias, análises, antevistas, imagens, vídeos, truques e outras coisas sobre diversas plataformas de videogames. Nomeadamente, PC, PS2, PS3, PSP, Xbox 360, GameCube, Wii, Nintendo DS, e N-Gage.

Ocasionalmente também podem encontrar passatempos, com várias ofertas, desde jogos originais, tapetes para o rato e diversos acessórios.

As análises da G4mers

As análises da G4mers têm seguido um caminho de evolução bastante acentuado, sendo hoje em dia consideradas das mais relevan-

² Disponível em: [://pt.wikipedia.org/wiki/G4mers](http://pt.wikipedia.org/wiki/G4mers).

tes em língua portuguesa. Os analistas esforçam-se por mostrar toda a amplitude do jogo em análise, positiva e negativamente. As análises da G4mers abordam os jogos de vários ângulos. Não se cingem aos pormenores técnicos nem às analogias puramente sensoriais, servindo assim para qualquer tipo de público, desde o jogador casual ao mais acérrimo [...].

O autor da página, identificado como Mcdoomer nas páginas de discussão e decisão da *Wikipédia*, defendeu-se das acusações de vaidade da seguinte forma, no dia 25 de junho:

*Bom, eu vou só exercer aqui o meu direito ao contraditório. Não vou me alongar muito. Quanto ao e-mail, não é nada que me orgulhe, mas pergunto a vocês, quantos é que não ficariam de cabeça quente se, ao tentar explicar o problema, a resposta fosse no sentido de insinuar que eram vândalos? Peço desculpa se ofendi alguém. Quanto à questão em si, como já expus a vários administradores [eleitos a cada seis meses pelos wikipedistas registrados], é só dizerem o que está mal e o porquê e porque outros sites podem estar na **wiki** estando com esses mesmos erros. Tentei ser o mais imparcial e informativo possível. Esta versão não tem nada a ver com anteriores, que nem sei de quem era a autoria, se era minha ou não. Se aquelas páginas daquela lista e centenas de outras do mesmo gênero que já pesquisei merecem um lugar na **wiki**, esta merece 100x mais. Se há coisas que vão contra as normas da **wiki** é só dizer que eu mudo. Segui um modelo muito rigoroso, por isso duvido que os problemas que tenha, não existam em outras milhares de páginas também, sobre as quais nunca ninguém levantou qualquer tipo de questão. Um bem-haja para todos e espero que actuem com o bom senso que a posição de administrador exige.*

Após a contra-argumentação de Mcdoomer, sete wikipedistas votaram pela manutenção da página e dois contra. Foi considerado, pela maioria votante, que o sujeito comunicante autor da página demonstrou, na perspectiva de Charaudeau, fazer saber, fazer crer e fazer prazer, como pode ser constatado pelos comentários abaixo, registrados durante as votações. É perceptível que, apesar do espaço de interações e conflitos, o resultado das discussões e votações não necessariamente atinge consenso, mas acaba por demonstrar que o modelo da cooperação – de uma forma ou de outra – funciona na *Wikipédia Lusófona*, como em várias outras instâncias da vida social do mundo *off-line*. É

um espaço de forças contrárias que terminam por encontrar o equilíbrio pela via da auto-regulação.

Manter

1. *Thomas Brian Schultz 19:17, 25 junho 2006. As outras votações não acoplam mais o conteúdo atual. Para mim não parece nem um pouco SPAM, e creio que a pessoa ficou recolocando o site porque estava diante de uma injustiça, sendo que duas votações anteriores eram sobre esse site, mas com conteúdo totalmente diferente e, como pode ser visto na primeira votação, um dos argumentos era publicidade, e outro que a página não poderia ser evoluída, acontece que foi, e NÃO é mais publicidade. Vejam o artigo antes de votar ao menos, e se possível o site também.*

2. *Vitor 3000 20:01, 25 junho 2006 – Não vejo por que apagar. O artigo não é propaganda (pode até ser, mas se é, está MUITO bem escrito), está bem escrito, bem imparcial. Um artigo decente sobre um site importante (que eu mesmo visito ocasionalmente).*

3. *SALLES NETO 22:27, 25 junho 2006*

4. *Marcelo Silva 01:54, 26 junho 2006 – O fato de ser uma revista publicada exclusivamente na internet não lhe desmerece o título de revista, assim como sendo um artigo na Wikipedia (caso contrário, teremos que deletar e/ou impedir a existência dos artigos das revistas **SuperInteressante**, **Época**, **Veja**, **Istoé**, etc). Um abraço!*

5. *Lipe 03:37, 26 junho 2006 – É um site muito famoso, só tive o cuidado de retirar a imagem protegida.*

6. *Leslie 08:16, 26 junho 2006*

7. *Tojen 08:38, 3 julho 2006 – Se for levar pelo lado “propaganda”, há muito site de empresa para apagar.*

CONCLUSÃO

A proposta com este trabalho foi contribuir para o estudo das redes telemáticas, em particular a internet, partindo de uma revisão da literatura em busca de aportes teóricos e propostas metodológicas que pudessem dar conta dos processos e práticas sociais em ambientes colaborativos. Buscou-se resgatar as contribuições sobre a natureza simbólica das interações sociais deixadas por Mead e Blumer, bem como a perspectiva do conflito desenvolvida por Simmel, para se propor uma apropriação metodológica para o estudo do contrato de comunicação colaborativa com base na teoria semiolinguística de Charaudeau.

É possível dizer que a análise do recorte empírico da *Wikipédia Lusófona* possibilitou estudar momentos de interação, conflitos, busca de solução e auto-regulação vivenciadas por cidadãos comuns, em processo de ação social, construindo uma enciclopédia *on-line* livre e gratuita. O estudo constatou a presença do contrato de comunicação colaborativa na *Wikipédia Lusófona*, situações de conformação e transgressão, bem como de iniciativas de ajustamentos consensuais. A preocupação com a pesquisa foi tentar mapear uma tipologia não baseada em formas ou sentidos, mas na condição de realização de um contrato de comunicação que, em momento algum, perde de vista a importância da existência do outro no ato da comunicação.

REFERÊNCIAS

- BLUMER, Herbert. A natureza do interacionismo simbólico. In: MORTENSEN, David (Org.). *Teoria da comunicação: textos básicos*. São Paulo: Mosaico, 1980, p. 119-138.
- BRAGA, J. L. *A sociedade enfrenta sua mídia: dispositivos sociais de crítica mediática*. São Paulo: Paulus, 2006.
- BRETON, Philippe; Proux, Serge. *Sociologia da comunicação*. São Paulo: Loyola, 2002.
- CHARAUDEAU, Patrick. Para uma nova análise do discurso. In: CARNEIRO, A. D. (Org.). *O discurso da mídia*. Rio de Janeiro: Oficina do autor, 1996, p. 5-43.
- CHARAUDEAU, Patrick. *El discurso de la información*. Barcelona: Editorial Gedisa, 2003.
- FRANÇA, Vera. Representações, mediações e práticas comunicativas. In: _____. *Comunicação, representação e práticas sociais*. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio, 2004.
- JOHNSON, Telma S. P.; BRETAS, Maria Beatriz. O modelo de rede no estudo das práticas comunicativas: percursos para uma abordagem das interações telemáticas. *Anais do XXX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação (Intercom) 2007*, Santos-SP.
- MEAD, George H. *Mind, self, and society*. Chicago: The University of Chicago Press, 1934.
- SIMMEL, Georg. Conflict. In: LEVINE, D. (Ed.). *Georg Simmel: on individuality and social forms – selected writings*. Chicago: The University of Chicago Press, 1971, p. 70-95.
- WIKIPÉDIA LUSÓFONA. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org.wiki>.